

ATA Nº 12

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de **dois mil e vinte e três**, pelas vinte horas e quinze minutos, teve lugar, na sede do **Rancho Folclórico “Os Camponeses Minhotos, na Freguesia de Cerdal**, Valença, a primeira sessão ordinária descentralizada da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** _____

| | |
|--|--|
| I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO | |
| II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” | |
| III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA | |
| 1º - | APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL |
| 2º - | INFORMAÇÃO ECONÓMICA FINANCEIRA - 1º SEMESTRE 2023; |
| 3º - | 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 |
| 4º - | 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023; |
| 5º - | TAXAS MUNICIPAIS PARA 2024; |
| 6º - | ESTATUTOS DA INTERMINHO - SOCIEDADE GESTORA DE PARQUES EMPRESARIAIS, E.M.; |
| 7º - | NOMEAÇÃO DE JUÍZES SOCIAIS; |
| 8º - | CPCJ- ELEIÇÕES; |
| 9º - | PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO COMPLEXO DAS PISCINAS E COURT DE TÊNIS; |
| 10º - | PROJETO DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PISCINA MUNICIPAL; |
| 11º - | REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA: |
| 12º - | PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E VACINAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA; |
| 13º - | ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA CAAS – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO |

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. José António Moreira Cerqueira**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** dos Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhe é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Deputados Dora Marisa Alves Guterres, Inês Rita da Silva Ferreira, Paulo Jorge da Cunha Esteves, Vítor Manuel Costa de Oliveira e Pedro Manuel Guedes Lemos foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, pelos Deputados Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Isabel Granjo Vaz, Francisco José Rodrigues Romeu, Rui Pedro da Silva Ferreira e Hernâni Natal Araújo. _____

Verificada a **substituição**, a sessão iniciou 32(**trinta e dois**) **membros, na qual a partir do momento da aprovação das atas** contou apenas com a presença de 31 (**trinta e um**) **membros**: José António Moreira Cerqueira, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Filipe Fernandes Taveira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Sebastião António Silva Alves, Isabel Granjo Vaz, Débora Patrícia Alfaya Ferreira, Luís Manuel Gomes Amorim, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal, Francisco José Rodrigues Romeu, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, José António Lopes Nogueira, Rui Pedro da Silva Ferreira, Hernâni Natal Araújo, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Jorge Moura Rodrigues, Paulo Jorge Gonçalves da Purificação, Carla Susana da Cunha Oliveira Conde, Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, Carlos Manuel Afonso Pereira, André de Sousa Rodrigues, Álvaro Agostinho Gomes Alves, Armando Rodrigues Fernandes, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Paulo Jorge Nobre Pacheco, Alexandre Pereira Lagoa, José Manuel Montenegro Roda e Diogo Miguel Mota Silva. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Presidente da Câmara Municipal**, José Manuel Vaz Carpinteira e respetivos **Srs. Vereadores** Manuel Rodrigues Lopes, Ana Paula Vaz Almendra Xavier, José Manuel Temporão Monte, Elisabete Maria de Araújo Domingues, Arlindo Amorim de Sousa e Rui Filipe Rodrigues. _____

Verificada a ausência da 1ª secretária da Mesa, Sra. Dora Marisa Alves Guterres, o Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Deputado Filipe Fernandes Taveira que coadjuvasse a mesa nos seus trabalhos. Assim, assumiram funções para 1º e 2º secretários, os Deputados Maria da Conceição da Cunha Pereira e Filipe Fernandes Taveira, respetivamente. _____

Prosseguindo, deu conhecimento das várias decisões tomadas na última reunião da Comissão Permanente: _____

- Os pontos n.ºs 2, 3 e 4, bem como n.º 9 e 10, 11 e 12 seriam objeto de discussão conjunta e votação separada; _____
- Serão adicionadas, à página do Município - secção da Assembleia Municipal, algumas informações dos membros que compõem a Assembleia Municipal, designadamente profissão, habilitações literárias e cargos exercidos e em exercício, a nível autárquico; _____
- Serão endereçados convites a algumas entidades e personalidades para abordagem de temas de interesse para o Município, nas próximas sessões da Assembleia Municipal, designadamente Alcaide de Tui, Deputados da Assembleia da República, Anabela Rodrigues e Jorge Mendes e Presidente da CIM Alto Minho. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dando início ao período de intervenção do público, o **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura do período a inscrições, tendo-se inscrito Liliana Sofia Araújo Cunha, João Miguel Sousa Alves e Marlene Covas Ribeiro. _____

- **Liliana Sofia Araújo Cunha** referiu, na qualidade de encarregada de educação, no que concerne ao usufruto de transporte escolar, que a sua descendente é a única aluna que não usufrui. Também, referiu que, após ter lido o comunicado da Câmara acerca das normas e as razões invocadas, efetivamente reside a menos de 1,5Km, no entanto sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que a acompanhasse no percurso casa-escola e vice versa, num dia de condições climatéricas adversas para perceber as suas inquietações. _____
- **João Miguel Sousa Alves** interveio, na qualidade de representante de pais dos alunos do jardim de infância Bárrio – Fontoura, relativamente à não iniciação do prolongamento de horário

publicado para dia 25/09, bem como reforçou a necessidade de uma cobertura exterior de passagem para circulação entre estruturas, já solicitada pelo Sr. Presidente de Junta. Mencionou, também, a necessidade de restabelecer a colocação de uma auxiliar retirada no início do ano. Por último, questionou a razão de um aluno residente na freguesia de Cerdal colocado no Jardim de Infância de Fontoura não ter direito a transporte. _____

- **Marlene Covas Ribeiro** reclamou o estado em que se encontra a estrada de Passos - Cerdal. Reside em frente à Escola Primária e o largo num estado lastimável quer para a circulação rodoviária quer para a própria que é lesada com as passagens dos veículos. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente à Estrada de Passos está atrasada por falta de conclusão do processo de autorizações para alargamento da via. Assim que esteja concluído dar-se-á início ao concurso para a execução da empreitada de pavimentação no valor aproximado de 300.000,00€ (trezentos mil euros). Mais disse que, na freguesia de Cerdal, estão a ser executadas obras de saneamento e a requalificação do Bairro Social de Passos. Disse ainda que a freguesia recebe financiamento da Câmara para arranjo de caminhos. Quanto aos transportes mencionou que, se houvesse transportes disponíveis, poderiam transportar todas as crianças. O Município, à semelhança do que já sucedia no passado, transporta todas as crianças para a escola que residam a mais de 1,5Km. Em casos excecionais, poderá ser o caso, devidamente avaliados pelo Agrupamento, serão transportados, desde que reúna os requisitos estabelecidos pelo Município e, caso comprove que se trata de caso único o transporte ser-lhe-á atribuído. O município de Valença está a investir na educação, por ano, cerca de 3 milhões de euros, em transportes, alimentação e AEC'S, entre outros. _____

Relativamente ao mencionado pelo Miguel Alves, referiu que existem cerca de 122 trabalhadores nas escolas. Referiu, ainda, que falta uma assistente técnica no Jardim de Infância de Fontoura, que será colocada quando se iniciar o prolongamento de horário, cuja iniciação prevista para dia 25 de setembro, das 07h30 até às 18h30, foi adiada. O acesso ao prolongamento de horário está sujeito a apresentação, por parte dos encarregados de educação, de justificação dessa necessidade, por questões laborais, bem como as demais informações necessárias para a recolha e emergências do educando. As escolas vão ser informadas para operacionalizar tais informações e prevendo-se que este serviço de apoio às famílias entre em funcionamento a partir do dia 9 de outubro. _____

Quanto à intervenção de Marlene Covas Ribeiro mencionou que a resposta foi englobada no contexto dos anteriores esclarecimentos. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

O **Presidente da Assembleia Municipal** antes de dar continuidade à sessão sugeriu um minuto de silêncio pelo falecimento do pai do membro da Assembleia e Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, Cristóvão Pereira, tendo, após, apresentado em seu nome e de toda a Assembleia, os sentidos pêsames para toda a família. _____

RESUMO DE EXPEDIENTE: Referiu que o resumo de expediente estava disponível para consulta caso fosse do interesse, tendo sido autorizada, por ter sido solicitada, a dispensa da leitura do mesmo. _____

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 27/04/2023: Colocada a ata 27/4/2023 foi mencionado pelo Deputado José Nogueira que manifesta sinceras melhorias. Terminada a intervenção, a Assembleia Municipal, num universo de **29 (vinte e nove) Membros**, aprovou, por **unanimidade**, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 27/04/2023. Os membros Srs. Paulo Purificação, Isabel Granjo e Hernâni Natal não tomaram parte na votação. _____

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 20/06/2023: Colocada a ata 20/06/2023 foi

mencionado pelo Deputado José Nogueira que apesar de, dentro do mesmo conceito, está melhor escrita que a anterior requer algumas correções que enunciou. Foram aceites e serão vertidas. Posta a votação, a Assembleia Municipal, num universo de **28 (vinte e oito) Membros**, aprovou, por **unanimidade**, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 20/06/2023. Os membros Srs. Paulo Purificação, Isabel Granjo, Rui Pedro Ferreira e Hernâni Natal não tomaram parte na votação. _____

AUSÊNCIA DE MEMBRO: A partir deste momento ausentou-se da sessão o Deputado Hernâni Natal Araújo, não tendo regressado à sessão. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES: Passando às **interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as intervenções que se seguem. _____

- **O Deputado José Nogueira** referiu que a presente sessão descentralizada foi realizada em Fontoura com zero de público e esta é a segunda Assembleia Municipal descentralizada, desta vez com público para observar os trabalhos. Seguidamente referiu que continuam a aguardar pela instalação da Comissão Municipal da Juventude, bem como questionou se a Comissão de Trânsito já foi instalada e reuniu, assim como das demais comissões que dependem da Câmara Municipal. Mais referiu que o Presidente da Câmara ficou de lhe entregar cópia do processo da AdAM e a propósito solicitou informação acerca do ponto da situação deste processo. Prosseguindo referiu que no dia 07/12/2024 faz 100 anos do nascimento do Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares, pelo que considera que dever-se-ia criar uma Comissão para as comemorações, pelo currículo, pessoal e político. Foi advogado, fundador do PS e um dos grandes líderes civis da revolução democrática, Primeiro-Ministro, Presidente da República, esteve nas lutas do MUD, do MUD Juvenil, nas eleições do general Humberto Delgado. Após o 25 de abril, contribuiu para o asfaltamento da estrada da Caxaria, em Ganfei e com os pré-fabricados para alojamento das pessoas das antigas colónias de África, onde hoje se acha o Centro de Saúde, assim como, contribuiu nas participações para o edifício sede dos Bombeiros Voluntários de Valença. À semelhança de Francisco Sá Carneiro, Álvaro Barreirinhas Cunhal e de Diogo Freitas do Amaral, também Mário Alberto Nobre Lopes Soares deveria ser homenageado pelo seu centésimo aniversário do nascimento. Sugeriu que o nome do Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares pudesse ser usada na requalificação do antigo Colégio Português ou então preferencialmente no Parque da Cidade. _____

- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre, Cristóvão Pereira** agradeceu as palavras de carinho e conforto naquele que é, sem dúvida, o pior momento da sua vida. Seguidamente, mencionou que quando se trabalha em conjunto obtém-se bons resultados como é o caso do Jardim de Infância de São Pedro da Torre. _____

- **O Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Carlos Pereira** começou por convidar os presentes para o evento da Desfolhada que ocorrerá na freguesia, no próximo dia 14 de outubro, e lembrou a Câmara do pedido para subsidiar a realização deste evento. Seguidamente, em relação à estrada de Passos, disse que já existe aceitação de todos os proprietários para alargamento da rua. Mais, referiu que discordaram da atribuição de um subsídio igual para todas as freguesias para obras, tendo-lhes sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara que a Câmara faria obra direta nas freguesias penalizadas. Quanto ao facto de o Sr. Presidente da Câmara ter mencionado que a freguesia tem subsídio para fazer obra referiu-lhe que não vai fazer obra em património que é da Câmara Municipal. _____

- **O Membro Liliana Cerqueira** relativamente atividades de enriquecimento curricular, previstas iniciar no 25 de setembro e adiadas com justificação por falta de professores, mencionou que se trata de uma oferta muito importante para as famílias cujo atraso está a ter fortes repercussões para as mesmas. _____

Termos em que questionou os motivos desta falta ou da reduzida adesão por parte dos professores a esta oferta de trabalho, e quais as ações que o Município está a encetar para concretizar o início destas atividades o mais brevemente possível, pois estão a afetar, também, as atividades dos jardins de infância. Seguidamente, perguntou se a questão do horário alargado foi articulada com o Agrupamento de Escolas, antecipadamente, à sua divulgação nas redes sociais, dado que o horário comunicado nas reuniões prévias de receção aos pais e aos alunos não coincidia com a notícia. Perguntou, também, que recursos humanos o Município prevê afetar para a sua concretização e se estão salvaguardadas todas as questões legais, nomeadamente as relativas ao seguro escolar. Por último, solicitou esclarecimentos sobre os motivos das várias reclamações de alguns pais ou encarregados de educação relativas a crianças que estavam abrangidas pelo regime excecional nos anos anteriores e este ano viram esse regime excecional anulado, sendo que há relatos de casos que o autocarro, no percurso até à escola, passa por essas casas e que podia levar as crianças. _____

- **O Membro Jorge Moura** congratulou-se com o facto de estarem a realizar a sessão descentralizada na sua freguesia e com a adesão apesar de não tão significativa como deveria ser. Prosseguindo, decorridos que estão nove meses desde a derrocada do pano da muralha, questionou acerca da previsão para iniciação da obra de reconstrução. Seguidamente mencionou a necessidade de colocar iluminação nos candeeiros existentes na escadaria da Gaviarra. _____

- **A Deputada Carla Conde** questionou a propósito dos equipamentos desportivos danificados, há mais de um ano, se vão ser restaurados e se o Município está a tomar diligências no sentido do cumprimento dos regulamentos existentes, quanto à publicidade que se encontra a ocupar a via pública, passeios, bem como quanto às esplanadas. Por último, voltou a alertar para a falta de iluminação nas passadeiras.

- **A Deputada Paula Natal** mostrou o seu descontentamento pelo posicionamento do “púlpito”, bem como pela hora marcada para a realização da sessão atenta à dimensão da ordem de Trabalhos, assim como não vê a necessidade de descentralizar esta sessão uma vez que a sessão Assembleia é transmitida em direto. Propôs a realização aos fins de semana e durante o dia. Seguidamente, a propósito de terem publicado nas redes sociais que a Joana Morgado foi convocada para o Campeonato do Mundo, frisou que esqueceram-se de publicar que o Vicente Vilarinho e a Mariana Gachineiro também foram convocados para a Supercopa de Cadetes, em Vigo, a nível europeu. Portanto, parabéns ao Juvalença pelo desenvolvimento. Seguidamente, questionou a que propósito as associações vão ter um subsidio extra quando já lhes é atribuído um subsidio anual com base no plano de atividades apresentado, bem como qual o critério utilizado pelo Executivo na distribuição dos subsídios para estas associações, uma vez que há associações que se sentiram injustiçadas. _____

- **O Deputado Sebastião Alves** manifestou desagrado com os tempos para as intervenções dos partidos, pois 30 segundos não lhe dá tempo para intervir. _____

- **A Deputada Débora Ferreira** felicitou o executivo pela iniciativa do primeiro circuito de arte pública, recentemente, inaugurado. Murais alusivos à figura da trapicheira, a edifícios emblemáticos, como a antiga fábrica de chocolate e de torrefação de café, e ao nosso comportamento, enquanto humanidade, relativamente às questões ambientais que tanto preocupam. Valorizam os espaços, tradição, história, cultura e ambiente do Concelho, tornando os espaços públicos mais atrativos para os visitantes e valencianos. A propósito, questionou quais são os objetivos deste circuito, se será uma iniciativa para dar continuidade e, ainda, no âmbito da valorização do espaço público, se se podem esperar outras intervenções artísticas para além da pintura. Seguidamente, questionou para quando será definitiva a

classificação da Feira dos Santos como Património Cultural Imaterial. _____

- **O Deputado Luís Amorim** felicitou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença, pelo seu 104.º aniversário que, neste ano, teve uma prenda especial do Município, a concessão de um subsídio de cerca de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) para a recuperação da autoescada, “*inop*” mais de duas décadas por escassez de apoio financeiro, passou a uma plataforma que irá permitir o combate a incêndios na nossa zona industrial, nos edifícios residenciais. Ficará disponível, também, para o distrito, porque é a única que tem estas características. Seguidamente, questionou para quando e como serão as candidaturas para os bairros comerciais digitais que obtiveram financiamento ao PPR de cerca de 700.000,00€ (setecentos mil euros), para valorizar o comércio local. _____

Terminadas as intervenções e perante as indignações manifestadas, o **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que as indignações manifestadas não tem razão de ser. Existe um regimento com tempos de intervenção definidos para cada grupo municipal e que tem de ser respeitado. Com a inscrição de muitos intervenientes do mesmo grupo os tempos ficam reduzidos para cada um, contudo trata-se de uma decisão de cada grupo municipal. Quanto ao dia e à hora da Assembleia, referiu que nunca será consensual e portanto a marcação é feita de acordo com as competências previstas no respetivo diploma legal. Quanto à presença poderão sempre ser substituídos. _____

Seguidamente, deu a palavra ao Presidente da Câmara para os eventuais esclarecimentos. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir ao Deputado José António Nogueira que o atraso na instalação da Comissão da Juventude deve-se a falta de indicação de elementos para a constituição desta. Relativamente à Comissão de Trânsito, já reuniu e deliberou medidas de trânsito, algumas já foram implementadas. Relativamente à Comissão Municipal de Educação, também já reuniu no final do ano passado e será agendada uma nova reunião até final do ano. A Comissão Municipal de Segurança reuniu em 2022. Mais disse, que as Comissões da responsabilidade do Município têm reunido, deliberado e, posteriormente, dado cumprimento às decisões. Prosseguindo, registou a sugestão para as comemorações do centenário do Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares e sugeriu que a Assembleia criasse uma comissão para estas comemorações e o Município participaria e iria colaborar para uma comemoração condigna. _____

Concordou com o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre quando disse que a colaboração entre as Juntas de Freguesias e o Município traz resultados, como por exemplo a resolução de questões no Jardim de Infância de São Pedro da Torre. _____

Referiu ao Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal que o pedido de subsídio para a realização da Desfolhada vai ser agendado para a próxima reunião de Câmara. Relativamente à estrada de Passos, agradeceu a confirmação de que os proprietários estão todos disponíveis para o alargamento da via. Informou, ainda, que a Câmara atribuiu a cada uma das freguesias, para obras, em 2022, cerca de 40.000,00€ (quarenta mil euros) e neste ano, de 2023, cerca de 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros). E para despesas correntes, nomeadamente, para limpeza das vias foi-lhes atribuído um subsídio que teve como critério a dimensão de cada uma das freguesias. Mais disse que a Câmara está a executar obras de reabilitação do Bairro Social de Passos. Relativamente ao saneamento disse que as obras estão em execução de acordo com o previsto. _____

Prosseguindo, mencionou à deputada Liliana Cerqueira que o adiamento na implementação das AECs esteve na dificuldade de contratação de professores por parte da entidade contratada, prevendo-se o início para dia 2 de outubro. Mais disse que o prolongamento de horário vai iniciar-se dia 09 de outubro e serve para ajudar as famílias que necessitam desse apoio, sujeito a prévia inscrição. Relativamente à questão

dos transportes escolares, a Câmara está a assegurar o transporte a crianças e alunos com residência igual ou superior a 1,5 km. Para distâncias inferiores só para casos muito excecionais. _____

Respondendo ao Deputado Jorge Moura, sobre a reconstrução da muralha, informou que foi necessário elaborar o projeto e solicitar pareceres técnicos à Direção-Geral de Cultura do Norte e à Direção-Geral de Património Cultural. Mais acrescentou que, entretanto, já foi lançado o concurso público, prevendo-se o início da empreitada para dezembro ou janeiro. Relativamente aos candeeiros da Gaviarra, concordou com o expressado e informou que a E-Redes ficou de colocar o candeeiro em falta há mais de três meses, informando que, em breve, será colocado. _____

Prosseguindo, em relação às questões colocadas pela deputada Carla Conde, respondeu que efetivamente existem equipamentos desportivos no concelho em mau estado de conservação, há vários anos, entre os quais o existente junto à central de camionagem, e que em breve serão requalificados. Quanto à questão das esplanadas e da publicidade informou que a maioria está regularizada. _____

Relativamente à deputada Paula Natal, respondeu que a informação divulgada sobre o Judo foi fornecida pelo Juvalença. Prosseguindo referiu que a Câmara Municipal atribuiu os subsídios anuais a cerca de 60 Associações em função do programa de atividades apresentado pelas mesmas. Quanto aos subsídios extraordinários referiu que são atribuídos para atividades não previstas no plano de atividades apresentados e subjacentes às disponibilidades financeiras do Município. _____

Quanto ao Circuito Urbano, mencionado pela deputada Débora Ferreira, referiu que é uma forma de valorizar os espaços mais críticos da cidade. Quanto à Feira dos Santos, disse que está em fase de aprovação a candidatura a Património Cultural Imaterial. _____

Relativamente ao deputado Luís Amorim, informou que a candidatura para os bairros comerciais digitais já está aprovada e em fase de iniciação do processo. _____

Seguidamente, o 2º secretário procedeu à leitura da ordem de trabalhos e o Presidente da Assembleia Municipal informou que na última Comissão Permanente ficou decidido que os pontos n.º 2, 3, 4 e 5 serão discutidos em simultâneo, com votação em separado, sucedendo o mesmo com os pontos n.º 9 e 10, 11 e 12. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA ”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se registado as intervenções seguintes: _____

- O **Deputado José Nogueira** a propósito da homenagem ao Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares, reforçou que poderá ser o Fórum Mário Soares ou outro nome adequado e que a Comissão para as respetivas celebrações, pela Assembleia Municipal, referiu que o presidente da Assembleia Municipal deve ter tomado nota para ser discutido na reunião de líderes. Quanto ao processo da AdAM, frisou que não se trata apenas de não constar da listagem, mas sim, de ter pedido cópia de todos os articulados desta ação e de todas as decisões, o que ficou de lhe ser fornecido e ainda não foi. Seguidamente, questionou se a empreitada “reconstrução do pano da Muralha de Valença” apenas contempla o que ruiu e se não vão ser tomadas medidas preventivas para o ex- líbris de Valença. Trata-se de um processo lento que poderá provocar ainda mais danos e mais despesas que podem rondar os 2 a 3.000.000,00€ (três milhões de euros). Seguidamente, alertou para a necessidade de o comboio turístico parar noutra local que não na rua junto ao largo das Finanças, para além de a simpatia do condutor não deixar vontade de visitar, novamente, Valença e Tui. _____

- **O Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Carlos Pereira**, mencionou que o saneamento é uma das preocupações dos cerdalenses e que o investimento que está a ser feito, nessa área, na freguesia, outras já beneficiam há 10, 15, 20 anos. Seguidamente, discorda da atribuição de subsídios iguais para todas as juntas de freguesia, pois nem todas tem a mesma dimensão geográfica. Prosseguindo, questionou para quando se prevê tapar os buracos nas vias das freguesias. _____

De seguida, perante a falta de civismo da população no depósito do lixo, frisou a necessidade de colocar novamente os monstros, retirados pelo executivo anterior e previstos no novo contrato, uma vez que não é viável serem os funcionários da Junta a executar esse serviço. Além do mais que já existe um serviço para a recolha, cuja divulgação de contactos foi feita e estão afixados em cada contentor. Quanto ao alargamento de horário nas escolas, referiu que foi contactado, na semana passada, por um elemento da Câmara, afeto aos recursos humanos das escolas, para arranjar uma pessoa para fazer hora e meia na escola de Passos. As pessoas querem trabalhar oito horas por dia ou pelo menos meio dia. Prosseguindo, questionou acerca do valor gasto nas festas do concelho do presente ano. Em relação à obra de alargamento da estrada de Passos, o Presidente da Câmara disse, há pouco, que já devia ter sido feita, naquela altura, quando sabe que não foi feita porque havia uma obra de saneamento planeada para ser feita dali a um ano. _____

- **O Membro Liliana Cerqueira** interveio por lhe persistirem dúvidas sobre o motivo da fraca adesão de professores a este procedimento, nomeadamente às AEC's. Questionou se se deve à redução do valor/hora pago para este serviço. Relativamente ao horário alargado, propôs que qualquer alteração seja trabalhada com a direção do Agrupamento, para evitar a transmissão de informação, como foi o caso, pelas redes sociais, que dá a ideia que todos têm acesso a este alargamento de horário, quando na realidade acabaram de ter conhecimento que só mediante requerimento e devidamente justificada a necessidade. Apesar de tudo elogiou, mais uma vez, esta medida, que vai de encontro às necessidades da população. Em relação ao transporte, solicitou bom senso e sensibilidade na avaliação das situações excecionais. Por último, questionou o ponto de situação da obra do Centro de Saúde, se existe alguma candidatura ao PRR. Tem mais um elemento novo na equipa médica, para dar resposta aos utentes que não tinham médico de família, contudo não possuem gabinetes disponíveis. _____

- **O Membro Alberto Vilas** questionou do balanço da programação de verão e custo associado a cada uma das atividades, como sendo festas do Concelho, o Festival de Contrasta e o Torneio Medieval. Por outro lado, no que concerne aos compromissos plurianuais, questionou o motivo das seguintes três contratações: uma empresa por 23.000,00€ (vinte e três mil euros) para apoio à gestão de candidaturas ao programa 1.º Direito, no âmbito da Estratégia Local de Habitação; de uma pessoa no valor 10.300,00€ (dez mil e trezentos euros) para apoio técnico à área de gestão, monitorização e execução do financiamento comunitário; aquisição de um terreno, a uns herdeiros, entre o Lepanto e a Cidade Nova. E, por último, alertou para o corte da a vegetação que pende para os passeios em frente ao Centro Coordenador de Transportes. _____

- **O Presidente da Junta da União de Freguesias de Silva e S. Julião, Alexandre Lagoa** questionou se a Câmara Municipal também vai atribuir subsídios às únicas freguesias do concelho que ainda não possuem essa casa mortuária, Silva e Sanfins à semelhança do subsídio de 60.000€ (sessenta mil euros) que vai ser atribuído à União de Freguesias de Valença, Cristelo – Covo e Arão para a construção dessa estrutura. _____

- **O Presidente da Junta da Freguesia de Fontoura, André Rodrigues** referiu que a Junta de Freguesia tem apoiado incondicionalmente a escola de Fontoura. Após reuniões com o pessoal docente e não

docente, com os encarregados de educação, o início do ano letivo decorreu dentro da normalidade. A Escola de Fontoura, este ano, tem o maior número de alunos dos últimos sete anos e como não são só da freguesia é porque não havia vagas em Cerdal nem noutras freguesias. O Presidente da Câmara acabou de dizer que a Junta tem que fazer obras na escola, estão disponíveis para a cobertura desde que autorizada, através de um protocolo ou acordo, pois o edifício é do Município. _____

- **A Deputada Paula Natal** referiu que apesar de o Presidente da Assembleia Municipal ter autoridade para tomar decisões ela tem o direito de manifestar o seu desagrado com a posição que foi decidida para a colocação do “púlpito”. Seguidamente, comunga da opinião da Deputada Carla Conde em relação à degradação dos Bairros Sociais, do CILV, do parque junto à central de camionagem. Algumas situações são fruto de vandalismo e para o qual a Câmara Municipal deveria estar mais atenta e proceder a limpeza. Relativamente à dificuldade em contratar professores, questionou se se deveu ao baixo valor que a Câmara disponibilizou a pagar por hora aos professores. Outra situação tem a ver com o estacionamento das bicicletas não ter nenhum tipo de proteção para dias de chuva para uma zona coberta. _____

- **O Deputado Sebastião Alves** começou por referir que a aquisição de um terreno do lote n.º 1, do loteamento 27/85 de Valença iniciou em 1985, com 13 lotes, 4068 metros e em 1989, com 11 lotes, mas aí já com 6550 metros. Mais tarde, em 25 de junho de 1991, são propostos apenas dois lotes, 1 e 2. Esta proposta não foi avante. Em 03/12/91, o loteamento 27/85 é proposto de 13 lotes para apenas os três lotes atuais. Um deles é o que compraram ou vão comprar, neste momento, o outro é aquele escarro que lá está, e o terceiro é o Lepanto. Acontece que o lote n.º 1, na altura estava proposto de 2400 metros, o lote n.º 2 com 2300 metros e, o lote n.º 3, com apenas 1800 metros. Em 12/12/95, é chamado à Câmara um dos donos para ir a Câmara com o alvará inicial do (loteamento), para fazer a anotação dos três lotes. E aí já com o lote n.º 1 com os 1660 metros, o lote n.º 2 com os 1850 metros, mas ainda o lote n.º 3 com 2140 metros, apenas para espaço público. Não se falava sequer no efetivo lote n.º 3. Acontece que, passado quase 7 anos, em que o Lepanto arranca com 1800 metros, aparece apenas uma anotação de que passa para 3260 metros. O lote que está atrás do Lepanto, que é o lote n.º 2, que é para duas caves, neste momento, tem uma cave e um rés do chão, cuja previsão no Plano de Urbanização da Área Central de Valença e de mais cinco. O Palácio de Vidro não existe sequer neste plano. Situações aberrantes. _____

- **O Deputado Luís Amorim** questionou se o acordo assinado, no passado dia 05 de setembro, com Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para a programação estratégica das soluções habitacionais para Valença, visa a reabilitação dos Bairros Sociais ou a criação de novas habitações, uma vez que da informação que lhes chegou não se verifica a reabilitação do Bairro Social de Friestas. Pela Sra. Ministra foi visitada a ampliação do bairro social de Cerdal e o espaço para a construção do novo bloco. _____

- **O Deputado Luís Brandão** solicitou que fosse feito o balanço da programação de animação de verão e a comparação com o exercício anterior de forma a tirar ilações para aquilo que podem ser intervenções no futuro, enquanto instrumento de dinamização do território e de promoção de Valença. A propósito de ter verificado, da listagem de empreitadas, a elaboração do projeto para o revestimento de aspetos danificados no CILV, questionou se se trata de um inventário de algumas reparações, ou se, de facto, o edifício está com problemas estruturais ou de outra natureza, que precise de uma intervenção mais profunda. Até porque nas alterações orçamentais existe uma verba já muito significativa para este tipo de investimento. E, por último, felicitou o Município por fazer alteração à classificação de solo e honrar os compromissos assumidos relativamente a quem tem direitos adquiridos, no âmbito da aprovação Plano de Urbanização da Área Central de Valença, apesar de o PS, no tempo oportuno, ter votado contra. Mais, independentemente do histórico que possa ter a Cidade Nova, mencionou que construir um edifício nesta

zona não seria uma solução interessante para a atualidade. _____

Terminada a primeira ronda, o **Presidente da Assembleia Municipal**, a propósito da intervenção da deputada Paula Natal, esclareceu que a competência do Presidente da Assembleia é cumprir e fazer cumprir o Regimento e que o desagradou a forma como se referiram aos tempos de intervenção, pois deu a ideia de que não estaria a cumprir as suas funções devidamente. _____

Seguidamente, passou a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Deputado José Nogueira que o documento solicitado sobre o processo da AdAM ser-lhe-á entregue logo que possível. Relativamente à questão das candidaturas ao PRR, informou que a Câmara fez a candidatura para a requalificação da Fortaleza porque assim está previsto no protocolo com a Direção-Geral de Cultura do Norte, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a Direção-Geral de Património Cultural. Relativamente ao valor da empreitada, só após o concurso público é que saberemos, em concreto, o valor. No entanto, disse que deverá rondar o 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros). Relativamente ao comboio turístico, informou que não está autorizado a estacionar no local referido. _____

Relativamente à questão do saneamento mencionada pelo Presidente da Junta de freguesia de Cerdal, referiu que as obras estão a ser executadas de acordo com o projeto aprovado. Acrescentou que a AdAM faz a ligação a quem estiver até 40 metros da rede e desde que seja solicitada a ligação. Prosseguindo, mencionou que este executivo municipal transfere mais de 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros) para cada Junta de Freguesia para melhoramento das vias municipais, o que também inclui, tapar os buracos. As Juntas de freguesia devem aplicar essas verbas no que entenderem como mais urgente. _____

Relativamente à questão da recolha dos monstros, referiu que foram realizadas várias reuniões com os presidentes de Junta e ficou estipulado que seriam colocados um contentor por freguesia cuja colocação deveria ser solicitada com a indicação da localização e metodologia de controlo. Tanto quanto sabe, o Presidente da Junta de Cerdal não fez pedido algum, portanto não deverá colocar a responsabilidade no Município ou na empresa. Relativamente às festas concelhias, a Câmara aprovou, por unanimidade, celebrar um protocolo com a entidade organizadora das Festas do Concelho, atribuindo um subsídio financeiro de 85.000,00€ (oitenta e cinco mil euros) e apoio logístico, entre outros. Disse ainda, que tudo foi realizado com transparência ao contrário do passado, que se saiba, nem sequer eram realizados protocolos com as entidades organizadoras. Disse ainda, e respondendo ao senhores deputados municipais, que o valor global das despesas da animação de verão, nomeadamente, festas concelhias, Feira Medieval e Festival Contrasta foi cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros). Mais disse que, em termos de animação e de adesão de público, as festas concelhias, nos últimos dois anos, foram um sucesso. _____

Relativamente à deputada Liliana Cerqueira, disse que, pela primeira vez, as AEC's foram objeto de concurso público e que a entidade que ganhou o concurso público é a responsável pela contratação dos cerca de 30 professores. Relativamente ao prolongamento de horário, informou que foi planeado e comunicado à direção de escola. Quanto aos transportes, disse que exceções são exceções e não pode ser uma regra. Relativamente ao Centro de Saúde, frisou que o edifício não é do Município. Possuem um protocolo com a ULSAM- Unidade Local de Saúde do Alto Minho, para fazer o projeto de requalificação e ampliação do edifício e que o valor do investimento previsto e de cerca de 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros). Disse, ainda, que é a primeira vez que o Centro de Saúde de Valença tem dez médicos e que, neste momento, quase todos os valencianos têm médico de

família. _____

Prosseguindo, respondeu ao deputado Alberto Vilas que quanto às festas de verão já esclareceu anteriormente. Quanto aos compromissos plurianuais que mencionou, disse que se referem a uma empresa contratada para o acompanhamento, elaboração e implementação do programa 1.º Direito e à renovação do contrato de uma técnica superior, que colabora com a Câmara, há dez anos. _____

Relativamente à questão do terreno, agradeceu ao deputado Sebastião Alves, pela coerência, porque quer o PS, na altura, quer o deputado Sebastião Alves foram críticos relativamente ao Plano de Urbanização da Área Central de Valença, aprovado em 2017. Mais disse, que no terreno em causa, o referido plano, não permitia a construção urbana, apesar dos proprietários do lote 27/85 terem um alvará de licenciamento válido. Prosseguindo disse que, no início de 2023, os proprietários solicitaram uma reunião na Câmara apresentando duas soluções para a resolução do problema, ou a Câmara Municipal indemnizava os proprietários ou promoveriam uma ação judicial. Perante tal facto, o consultor jurídico do Município aconselhou o executivo a adquirir o terreno. Neste pressuposto, e após avaliação do terreno, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adquiri-lo por 500.000,00€ (quinhentos mil euros), cujo pagamento será faseado, 50.000,00€ (cinquenta mil euros) este ano e os restantes em 60 meses. _____

Relativamente ao Presidente da Junta de São Julião, respondeu que a questão das Casas Mortuárias será analisada caso a caso. _____

Quanto ao Presidente da Junta de Fontoura, frisou que a escola da freguesia tem um assistente operacional para 16 crianças e que a assistente técnica voltará com o início do prolongamento de horário. Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrição para a segunda ronda, tendo usado da palavra os Membros que se seguem. _____

- **O Deputado José António Nogueira** relativamente ao PRR referiu que a derrocada da Muralha ocorreu no início de janeiro e a notícia de 20/05/2023 do Correio da Manhã refere “*Mais 40.000.000 para recuperar monumentos. Reforço do PRR*”, o que o levou a questionar o motivo de Valença não estar incluída à semelhança das Muralhas de Castelo Mendo, Castelo de Trancoso, Pinhel, Porta da Almedina de Silves e Santarém. _____

- **O Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, Carlos Pereira** referiu que se houve reunião acerca dos monos não esteve presente por desconhecimento. Fez *mea culpa*. Termos em que perante a resposta que lhe foi dado anteriormente pelo Presidente acerca do tema, referiu que acabou de enviar o *email* com o pedido de instalação de uma caixa na sua freguesia, com a respetiva localização. Em relação ao saneamento, o Presidente referiu que a AdAM coloca o saneamento até 40 metros, o que o levou a questionar qual o custo para o utilizador e o critério de ligação não ser igual para todos. _____

- **O Membro Alberto Vilas** mencionou que nesta Assembleia Municipal sempre foram feitas questões, com pertinência ou não, cada qual faz a sua interpretação, mas, naturalmente, de uma forma urbana, elevada e educada. Referiu-se às festas do Concelho, ao Contrasta e ao Torneio Medieval, em que a Câmara terá investido 300.000,00€ (trezentos mil euros) e que o Presidente da Câmara pode responder, em jeito de esclarecimento o que bem entender. Relativamente à aquisição do terreno, perguntou o que pretendem fazer. Não sabe se o Plano de Pormenor prevê um jardim ou se se pode fazer outro tipo de equipamento. Relativamente às outras duas questões do apoio técnico, demonstra, nomeadamente, com a questão do 1.º Direito, que internamente não haveria gente capaz para acompanhar essa candidatura e, portanto, daí a pergunta da contratação. _____

- **O Presidente da Junta da União de Freguesias São Julião e Silva, Alexandre Lagoa** como não ficou esclarecido voltou a questionar, atento a que as freguesias de Silva e de Sanfins são as únicas no Concelho que não têm Casa Mortuária se solicitar um subsídio de 60.000€ (sessenta mil euros) será aprovado. _____

- **O Presidente da Junta de Fontoura, André Rodrigues**, a propósito de o Presidente da Câmara ter dito que a escola em Fontoura é uma opção da Junta de Freguesia, reforçou que enquanto for Presidente de Junta, tudo fará para que a escola continue em Fontoura, aliás pensa que até ultrapassa a própria Câmara Municipal, que é da competência do Ministério da Educação. Relativamente à questão das obras, mencionou que a titularidade do edifício não é da Junta de Freguesia. Enviou um ofício para a Câmara Municipal, a 23 de fevereiro do corrente ano, a solicitar autorização e colaboração da Câmara Municipal para a cobertura da estrutura, entre a cantina e a escola. _____

- **A Deputada Paula Natal** recordou o valor que foi atribuído, em 2010, para o concurso dos professores e já nessa altura, o valor por hora era de 10,00€ (dez euros). Portanto, em 2023 12,00€(doze euros) não são razoáveis. Seguidamente, em relação às festas concelhias, frisou que o vereador da Cultura, na altura, juntou as pessoas para retomar as festas concelhias e em 2010 trouxeram o artista Rui Veloso. _____

- **O Deputado Sebastião Alves** referiu, a propósito do loteamento n.º 1, do tal lote 27/85, que o erro crasso da equipa que fez o projeto foi não ter contactado as pessoas antes, para perceber se pretendiam construir ou vender o terreno. A Câmara não é obrigada a comprar. Eles têm o direito e construir. O loteamento está aprovado e nem se trata sequer de direitos adquiridos. Trata-se de um direito próprio. A Câmara se quiser comprar o terreno, paga não indemniza. _____

- **O Deputado Luís Amorim** solicitou que lhe respondesse as questões que colocou. _____

- **O Deputado Luís Brandão** insistiu na resposta ao investimento que se fez na Cultura e o balanço global, assim como solicitou uma breve explanação acerca da alteração ao Orçamento, pois a obra do CILV mexe com verbas significativas do mesmo. _____

Terminadas as intervenções, o residente da Assembleia Municipal de a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para os necessários esclarecimentos. _____

O Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Deputado José Nogueira, frisou que as candidaturas que referiu, ao PRR, foram da responsabilidade do Ministério da Cultura. A Fortaleza de Valença não foi incluída nessa lista porque, provavelmente, não havia projeto. Mais acrescentou que, recentemente, foi assinado um protocolo com a Direção Regional de Cultura do Norte para o acompanhamento de futuros projetos na Fortaleza. _____

Respondeu ao Presidente da Junta de Cerdal que a ligação à rede de água e saneamento tem de ser solicitada pelos consumidores, à AdAM. Desconhece, de momento, os custos e as obrigações. Acrescentando, que a Câmara Municipal celebrou um protocolo com a AdAM para que as ligações à rede de água e saneamento, até 100 metros, sejam realizadas numa só empreitada assumindo a Câmara os custos dos 40 metros até aos 100 metros. _____

Relativamente à questão sobre o terreno, do Deputado Alberto Vilas, informou que o Plano de Urbanização da Área Central de Valença prevê, para esse local, uma zona verde e equipamento. _____

Prosseguindo, referiu ao Presidente da Junta da União de Freguesias S. Julião e Silva que existem atualmente 3 freguesias no concelho sem casas mortuárias, Silva, Gondomil e Valença. Quando houver uma proposta para a construção de alguma, obviamente que a Câmara irá decidir. _____

Em resposta ao Presidente da Junta de Fontoura, relativamente à escola, a reorganização do parque escolar é da responsabilidade da Câmara e da Assembleia Municipal. _____

Relativamente à Deputada Paula Natal, no que concerne aos professores para as AEC's, referiu que a sua contratação não é da responsabilidade da Câmara e voltou a frisar que foi objeto de concurso público e a entidade vencedora é que contrata e paga aos professores. _____

Relativamente ao Deputado Sebastião Alves, apesar de concordar com o que manifestou, o Plano de Urbanização não permite a construção nesse local e, por isso, o Município vai ter que um custo extraordinário de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), para evitar a construção. _____

Quanto às questões colocadas pelo Deputado Luís Amorim referiu que a requalificação do bairro social de Friestas vai ser realizada. No entanto, o projeto ainda não está concluído. Referiu, ainda, que todos os bairros sociais vão ser reabilitados. Informou, também que, na presença da Sr.ª Ministra da Habitação, Marina Gonçalves, assinaram um aditamento ao acordo de colaboração com o IHRU, para a reabilitação de todos os bairros sociais e a construção de 62 fogos, assim como a possibilidade de 60 privados poderem concorrer para reabilitar as suas casas de habitação, desde que cumpram as condições exigidas. Relativamente à questão dos bairros comerciais digitais, informou que foi aprovada uma candidatura com o valor de quase 700.000,00€ (setecentos mil euros) para valorizar e dinamizar o comércio local, sobretudo na Fortaleza. O Bairro Comercial Digital contempla a valorização do comércio, a conectividade Wi-Fi, a instalação de centros de informação digital, mupis, aquisição e instalação de mobiliário urbano, instalação de sinalética para a promoção, aplicações para dispositivos móveis, prestação de informação aos comerciantes, também a integração de sistemas de controlo de tráfego e afluência à Fortaleza, entre outras. _____

Respondendo ao Deputado Luís Brandão referiu, quanto à ESCE, que a obra tem alguns problemas estruturais e com as intempéries do dia 1 de janeiro, verificaram-se problemas de infiltrações no auditório. Mais disse que a Câmara Municipal viu aprovada uma candidatura com financiamento de cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros), para a reabilitação. Quanto à programação de verão, o balanço é positivo. Disse que foram atingidos os objetivos que estavam previstos. O investimento na cultura, também promove a dinamização das atividades económicas e dá protagonismo a Valença. _____

Finalizados os esclarecimentos, Assembleia Municipal, num universo de **31 (trinta e um) Membros** apreciou: _____

- Informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro com o resumo da situação financeira do Município no dia 31/08/2023; _____
- Compromissos plurianuais assumidos entre 13/06/2023 a 07/09/2023; _____
- Apoio às freguesias entre 01/01/2023 e 30/06/2023; _____
- Listagem de empreitadas e projetos à data de 20/09/2023; _____

Listagem dos processos judiciais pendentes em 12/09/2023 e o estado dos mesmos. _____

PONTO 2º – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE 2023

PONTO 3º – ALTERAÇÃO AO MAPA ADE PESSOAL DE 2023

PONTO 4º – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023

PONTO 5º- TAXAS MUNICIPAIS PARA 2024

O Presidente da Assembleia após ter questionado acerca de objeções à sessão passar da meia-noite e não terem existido objeções, procedeu a abertura de inscrições para os pontos em apreço, tendo-se registado as seguintes intervenções: _____

- O Deputado José Nogueira, referiu que é importante a informação económico-financeira do primeiro

semestre, não ter reservas do ROC. É o resultado de políticas que não perfilha inteiramente. Destacou financiamentos obtidos, menos 561.000,00€ /quinhentos e sessenta e um mil euros), impostos, contribuições em taxas, mais 4,7%, de onde mais de 89.000,00€ (oitenta e nove mil euros) face a 2022. Ativo menos 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) do que em 2022, e o passivo é de 9.200.000,00€ (nove milhões e duzentos mil euros), menor que em 2022, 506.000,00€ (quinhentos e seis mil euros). Quanto ao resultado líquido, diz-se que, no que respeita à atividade desenvolvida ao longo do primeiro semestre de 2023, verificam-se rendimentos de cerca de 7.900.000,00€ (sete milhões e novecentos mil euros) e 7.700.000,00€ (sete milhões e setecentos mil euros) gastos, obtendo-se um resultado líquido de exercício positivo de 170.000,00€ (cento e setenta mil euros). O resultado líquido registou um decréscimo de cerca de 313.000,00€ (trezentos e treze mil euros), como resultado do aumento de gastos. Em suma quem não faz, gasta menos. Relativamente a uma alteração do mapa de pessoal, está bem fundamentado e votará favoravelmente. Quanto à Revisão ao Orçamento e GOP 2023 não é suscetível de inverter a sua posição, relativamente aos instrumentos originais, pelo que votarão contra, muito embora haja necessidade de inserção de novos projetos, de forma a contemplar as obras de reparação dos danos em infraestruturas e equipamentos municipais provocados pelas cheias e inundações no início do ano e mereça o seu inequívoco apoio. Todavia, ao ser incorporado em sede de Orçamento pré-existente e das Grandes Opções de Plano pré-existentes, a sua autonomia face a esses instrumentos provisionais é como que nula, e daí o sentido de voto por aqueles conterem mais coisas com peso económico-financeiro que discordam, do que as com que concordam, e dentro destas, obviamente, que subscreveriam sempre a preocupação que este Executivo tem vindo a demonstrar, em relação ao anterior, com o social. Mas como este vai ser incorporado no outro, como disseram, mantém o sentido de voto, porque não é isto que vai mudar o âmbito do Orçamento e dos GOPs, pelo que votariam contra. Relativamente à proposta de fixação das taxas municipais para 2024, no que concerne à participação variável no IRS, foi aprovada uma recomendação que foi presente à Câmara Municipal à qual não foi dado qualquer andamento. Termos em que não pode deixar de ler partes da recomendação que foi feita: *“Consabido é que a fixação e a cobrança de taxas municipais funcionam como meios deveras importantes, designadamente na ação e implementação das políticas locais que são, devem ser, base e sustentáculo de um são, integrado, profícuo e harmonioso desenvolvimento do Concelho e das suas gentes. Na pretérita campanha eleitoral, todas as forças políticas envolvidas, que se saiba sem exceção, vincularam-se a não mais ir ao bolso de todos os valencianos e valencianas. A propósito da alteração...”*; *“A propósito da alteração do valor da taxa de devolução de IRS, foi então fixada em 2,5, em vez dos anteriores 5”*. Melhor um bocadinho, mais meio ponto processual. E disse o presidente da Câmara que *“não terá um impacto significativo para a grande maioria dos valencianos, já que esta devolução beneficia aqueles cujos rendimentos são mais elevados, revelando-se fiscalmente pouco justa”*, o que para si, na altura, constituiu uma novidade, dadas as anteriores posições públicas institucionais tomadas e assumidas pelos eleitos socialistas que aqui o antecederam. Terminou a referir que a devolução da participação variável no IRS para 3% é um ataque ao bolso da classe média continua. Termos em que votariam contra.

- **O Membro Alberto Vilas** começou por referir a questão da devolução do IRS. A lei prevê que 5% da coleta arrecadada pelo Estado disponibilizada para cada Município possam ser devolvidos aos contribuintes. No Executivo anterior, era devolvida a totalidade daquilo do permitido. Em 2022, contestaram a proposta feita, pelo atual executivo, da devolução de 2.5%. O Presidente da Câmara, na altura, disse que essa taxa era necessária para o apoio social ao Concelho. No ano seguinte, na proposta de taxas para 2023, voltou a ser 2.5%, com a justificação de ser para colmatar despesas com contratação de pessoal para alocar às Juntas de Freguesia e, portanto, não podia devolver tanto como o Executivo anterior. Para o ano de 2024, propõe 3% o que levou a perguntar o que mudou no panorama local, para

que, de repente, o Presidente da Câmara passe a achar que agora já pode dar os 3% e se foi retirado algum serviço à população. Parece que até 2025 vai evoluindo a devolução da taxa. _____

- **O Deputado Luís Brandão**, relativamente à informação económica e financeira, de facto, ela corresponde apenas ao primeiro semestre e congratulam-se que, a meio do ano, a execução cumpre aquilo que seria expectável. Espera que seja o ritmo até ao final do ano e que o Município seja capaz de, respondendo às necessidades dos valencianos, simultaneamente ter um superavit, que incorpore e disponibilize para os efeitos que forem necessários. Relativamente às alterações no mapa de pessoal, é um ajustamento. A revisão do Orçamento e as Grandes Opções do Plano é a demonstração da dinâmica e da capacidade que o Município teve para encontrar respostas para a incorporação de projetos correspondentes a candidaturas que resultaram de intempéries. Relativamente à percentagem do IRS referiu que se trata de uma opção política devolver até aos 5%. Congratulam-se que este ano tenha sido possível fazer uma proposta de 3%. É a demonstração de alguma sensibilidade social face aos problemas verificados na sociedade. Espera que o Município continue a ter dinâmica para fazer candidaturas e encontrar fundos, que permita poder abdicar ainda mais deste valor, se possível, até ao valor total. Mais, referiu que só recebe a devolução quem paga IRS, reconhecendo que este acréscimo beneficia em particular a classe média. _____

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o relatório de gestão é semestral. Apresenta pontos positivos, nomeadamente, o aumento dos ativos fixos, cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros), com um decréscimo do passivo municipal de 506.000,00€ (quinhentos e seis mil euros), e também um acréscimo de rendimentos e ganhos relacionados com impostos, taxas e subsídios, de candidaturas, 698.000,00€ (seiscentos e noventa e oito mil euros), comparativamente com o ano passado. Pontos negativos, aumento de ganhos e perdas de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), relacionadas com o aumento da energia, combustíveis, pessoal e amortizações do passado. Relativamente à revisão do Orçamento e das Grande Opções do Plano, prende-se com a necessidade de incluir verbas para a reabilitação e reparação de infraestruturas danificadas pela intempérie do início do ano, nomeadamente, na Escola Superior de Ciências Empresariais, no do pano de muralha da Baluarte de São José, e na Ecopista do Rio Minho. Relativamente à construção da residência académica, já foi elaborado o concurso e está em fase de adjudicação. Relativamente as taxas municipais, designadamente IMI, Derrama, e da taxa municipal de passagem, disse que não houve qualquer alteração mantendo-se as taxas fixadas em 2023. Quanto à taxa de IRS, propõe um aumento da percentagem de devolução aos contribuintes de 2,5% para 3%, para acomodar esta diminuição de receita municipal, o executivo vai tentar melhorar a eficiência na arrecadação de outras taxas. Mais disse que o Município irá perder cerca de 70.000,00€ (setenta mil euros) com o aumento desta devolução, mas o Município é sensível ao atual momento, com a inflação elevada e as taxas de juro a subir constantemente, sobretudo para as famílias de classe média. ____

Seguidamente, em resposta ao Deputado Alberto Vilas referiu que o Executivo anterior, nos anos 2009, 2010, 2011, 2012 e em 2013 não devolveu aos contribuintes a taxa de IRS tendo ficado com os 5%. Em 2014, 2015 e 2016 devolveu 2,5%. Em 2017, havia eleições, devolveu 2%, o mesmo sucedendo com 2018 e 2019. Em 2020 devolveu 3,5% e em 2021, havia eleições novamente, e devolveu 5%. O Atual executivo iniciou com a devolução de 2,5%, e está a evoluir. Mencionou o praticado pelos concelhos vizinhos e que Valença está a devolver acima da média dos outros Concelhos. _____

Terminados os esclarecimento, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da segunda ronda, tendo-se inscrito os Srs. José Nogueira e Alberto Vilas. _____

- **O Deputado José Nogueira** interveio a propósito da parte final da alocução do Presidente da Câmara

dizendo que concorda que os recursos são escassos, mas também deverão ser vistas as implicações financeiras com a aquisição do antigo Colégio Português, no Asilo Fonseca, à qual votou contra. O mesmo sucede com o alojamento académico que tem custos e não se destina aos valencianos e com o qual discordou pois estão a servir de segurança social para o Estado e não era necessário. Depois, quando a Assembleia recomendou à Câmara a implementação da taxa turística nada foi feito, nem sequer um estudo da bilhética para entrar nas muralhas. Viana já a implementou. É evidente que não chega o aumento brutal do preçário do estacionamento. Com o aumento do salário mínimo nacional e dos rendimentos da dita classe média, sem atingir o mesmo percentual, a correção de assimetrias podia e devia ser mitigada pela devolução da participação variável no IRS, em 5%. É uma marca de posição política votar contra esta taxa e nem sequer o histórico o demove, porque enquanto líder que foi de outro partido, sempre se bateram pela devolução desta taxa. Não podem dizer hoje aquilo que fomos contra ontem. _____

- **O Deputado Alberto Vilas** mencionou que estão para julgar as políticas e as propostas de hoje e não as do passado para justificar posições de agora. Considera que se deve assumir as posições e decisões que se tomam. Antes deste Executivo, devolvia-se 5%, depois passou-se a devolver 2,5%. Hoje referir-se à classe média é tudo um bocado vasto, porque a classe média, infelizmente, cada vez é mais baixa. Dizer-se que desconta IRS só quem ganha muito dinheiro não é real. Aqueles que pagam não têm poder de compra para prescindir desta parte do seu IRS. O facto é que, neste momento, há aqui uma evolução positiva. Deseja que continue nesse caminho, porque lá à frente, acredita que o Presidente da Câmara vai convencer-se que é justo devolver, quanto mais, melhor, à população, porque é essa mesma população que paga o IRS, não é o Município, nem os autarcas que estão a decidir. E, portanto, o Município deixa de arrecadar 70.000,00€ em benefício dos valencianos, faz muito bem embora considere que deveria ser numa proporção maior. _____

Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal. _____

O Presidente da Câmara Municipal em resposta ao deputado José Nogueira mencionou que a aquisição do edifício do antigo Colégio e do alojamento académico foi uma opção unânime da Câmara Municipal. Mais disse que a taxa turística que Viana do Castelo vai aplicar é sobre alojamento hoteleiro. Relativamente à bilhética para entrada nas muralhas disse que, de momento, não concorda com essa proposta. Disse ainda que a participação variável no IRS de 5% é uma receita da Câmara Municipal, e que a opção de devolver 3%, em benefício dos contribuintes valencianos, é uma medida positiva. _____

PONTO 2º – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2023

A Assembleia Municipal, num universo de **31 (trinta e um) Membros**, a Assembleia Municipal, apreciou a informação económico financeira em cumprimento do estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. _____

PONTO 3º – ALTERAÇÃO AO MAPA ADE PESSOAL DE 2023

A Assembleia Municipal, num universo de **31 (trinta e um) Membros**, aprovou por **unanimidade**, a 2ª alteração ao mapa de pessoal para 2023 de acordo com os precisos termos da proposta n.º 27 de 25 de agosto último da Vereadora Ana Paula Xavier e aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada no dia 07/09/2023. _____

PONTO 4º – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023

A Assembleia Municipal, num universo de **31 (trinta e um) Membros**, com 1 (um) voto contra Do _____

deputado José António Nogueira e 30 (trinta) a favor aprovou, **por maioria**, a 2ª revisão ao orçamento e grandes opções do plano 2023. _____

PONTO 5º- TAXAS MUNICIPAIS PARA 2024

Discutido o ponto, a Assembleia Municipal procedeu à votação individualizada das taxas municipais para 2024 e respetiva fixação, pela ordem que a seguir se indica. Termos em que num universo de **31 (trinta e um) Membros** deliberou, **por unanimidade**, fixar as seguintes taxas de **Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI** a vigorar em 2024: _____

1.1. Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI:

- Prédios Rústicos: 0,8% (artigo 112.º, n.º 1 al. a));
- Prédios Urbanos: 0,3% (artigo 112.º, n.º 1 al. c)).

1.2 No âmbito de uma política global de recuperação e revitalização da Fortaleza de Valença e de incentivo ao arrendamento:

1.2.1 Elevar ao triplo as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos que se encontrem em devolutos há mais de um ano ou prédios em ruínas, tal como definidos em diploma próprio, localizados em áreas de Reabilitação Urbana.

1.2.2 Majorar em 30% as taxas aprovadas no ponto 1.1 para os prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, localizados dentro dos limites intra-muros da Fortaleza de Valença e espaço confinado até ao Limite da Zona Especial de Proteção da Praça Forte de Valença do Minho (ZEP – D.G., II Série, n.º 290 de 13 de dezembro de 1958).

1.3. Na sequência da alteração introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2016 ao código do Imposto Municipal sobre Imóveis, no sentido de permitir fixar uma redução fixa, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos casos em que se trate de imóvel destinado a habitação própria e permanente.

1.3.1 Nos termos do n.º 1 do artigo 112º A do CIMI (IMI Familiar):

- Fixar uma redução de 20 € para as famílias com 1 dependente a cargo;
- Fixar uma redução de 40 € para as famílias com 2 dependentes a cargo;
- Fixar uma redução de 70 € para as famílias com 3 ou mais dependentes a cargo.

No universo **31 (trinta e um) Membros** e deliberou, **por unanimidade**, fixar a seguinte taxa de **Derrama referente a 2023 a cobrar em 2024**: _____

- 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios superior a 150.000 euros;
- 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC com um volume de negócios inferior a 150.000 euros.

Num universo de **31 (trinta e um) Membros**, a Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com 25 (vinte e cinco) votos a **favor**, **1 (um)** votos **contra** do Deputado José António Nogueira, e **5 (cinco) abstenções** dos Membros Jorge Moura, Alberto Vilas, Aurélia Correia, Francisco Romeu e Liliana Cerqueira, fixar a taxa de Participação variável no IRS, relativa aos rendimentos do ano de 2024, **em 2% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial** (bonificação municipal de 3%). _____

Por último, num universo de **31 (trinta e um) Membros**, a Assembleia Municipal deliberou, por

unanimidade, fixar a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP para o ano de 2024 em 0,25%**.

Quanto aos benefícios fiscais e medidas de incentivo à reabilitação urbana do Centro Histórico de Valença e da Área Central da Cidade de Valença, encontram-se definidos nas ARU's respetivas, aprovadas na Assembleia municipal de 30 de setembro de 2015.

PONTO 6º- ESTATUTOS DA INTERMINHO – SOCIEDADE GESTORA DE PARQUES EMPRESARIAIS, EM

Presentes os estatutos da Interminho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais, EM remetidos pela Câmara Municipal, foram colocados a intervenções, tendo sido objeto da intervenção do Deputado **José António Nogueira** que referiu que votamos favoravelmente atentos à posição assumida e constante da ata de 27/04/2023.

A Assembleia Municipal, num universo de **31 (trinta e um) Membros**, aprovou por **unanimidade**, os Estatutos da Interminho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais, EM.

PONTO 7º- NOMEAÇÃO DE JUIZES SOCIAIS

PONTO 8º- CPCJ- ELEIÇÕES

Em sede de reunião de Comissão Permanente ficou decidido que os pontos 7 e 8 seriam votados em simultâneo dado se tratarem de escrutínios secretos. Para o ponto 7 a Câmara apresentou uma lista e para a integrar a CPCJ foram propostos 2 nomes: Sónia Maria Afonso Gomes Pereira, indicada pelo grupo do PS e Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, indicada pelo grupo do PSD.

PONTO 7 – NOMEAÇÃO DE JUÍZES SOCIAIS_Por escrutínio secreto foi, num universo de **31 (trinta e um) votantes**, designada por lista A e aprovada, por **maioria com votos em branco 1(um) votos a favor 29 (vinte e nove) e votos contra 1 (um)** a lista dos juízes sociais para o biénio 2023/2024 proposta pela Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 13/07/2023.

PONTO 8 CPCJ- ELEIÇÕES:

a) PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO ANA MARGARIDA GARCIA TOMÉ_ Num universo de **31 (trinta e um) votantes** da Assembleia Municipal, por escrutínio por voto secreto da proposta apresentada pelo Partido Socialista a propor Sónia Maria Afonso Gomes Pereira para compor a comissão alargada da CPCJ, obteve 0 (zero) votos nulos, 6 (seis) brancos, 23 (vinte e três) a favor e 2 (dois) contra. Foi eleita, por **maioria**, a cidadã Sónia Maria Afonso Gomes Pereira para compor a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças.

B) CESSÃO DO 1º MANDATO DO MEMBRO ISABEL GRANJO VAZ_ Num universo de **31 (trinta e um) votantes** da Assembleia Municipal, por escrutínio por voto secreto da proposta apresentada pelo Partido Social Democrata Liliana Mateus Fernandes Cerqueira para compor a comissão alargada da CPCJ, obteve 0 (zero) votos nulos, 2 (dois) brancos, 27 (vinte e sete) a favor e 2 (dois) contra. Foi eleita, por **maioria**, a cidadã Liliana Mateus Fernandes Cerqueira para compor a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças.

PONTO 9º- PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO COMPLEXO DAS PISCINAS E COURT DE TÊNIS

PONTO 10º- PROJETO DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PISCINA MUNICIPAL

De igual modo ficou decidido em sede de reunião de Comissão Permanente que os pontos 9 e 10 seriam discutidos juntos e votados separadamente. _____

Interveio o **Deputado José Nogueira** para referir, quanto à proposta de alteração da tabela das taxas das piscinas municipais, que votam favoravelmente pela razoabilidade dos preços. Relativamente à proposta de alteração do Regulamento do Complexo das Piscinas e Court de Ténis de Valença, sugeriu a propósito do artigo 26.º do regulamento prever isenções, o motivo de também não terem reformulado o artigo 23.º para isentar os jovens, para, durante o período da manhã, poderem gozar dessa isenção. Terminou a referir que votam favoravelmente. _____

O Presidente da Câmara Municipal, perante a sugestão do Deputado José António Nogueira, referiu que poderá vir a ser acatada numa próxima alteração. De qualquer modo, os jovens com o Cartão Jovem já tem desconto de 20% de acesso a todas as infraestruturas e equipamentos municipais, nomeadamente às piscinas, assim como os idosos com Cartão Sénior também têm desconto. Num futuro pode vir a ser atendido, mas os jovens estão acautelados, através do regulamento do cartão Jovem. _____

Terminadas as intervenções e não tendo existido segunda ronda, passou-se a votação dois pontos pela ordem descrita: _____

PONTO N.º 9 – PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO COMPLEXO DAS PISCINAS E COURT DE TÉNIS: A Assembleia Municipal num universo de **31 (trinta e um)** membros aprovou, por **unanimidade**, a alteração da designação do regulamento Municipal do Complexo das Piscinas e Court de Ténis para “Regulamento do Complexo das Piscinas Municipais de Valença, bem como nova redação dos artigos 1.º, 3.º, 5.º, 8.º, 9.º, 11.º, 12.º, 16.º, 20.º, 22.º, 23.º, e 27.º. _____

PONTO N.º 10 – PROJETO DE ALTERAÇÃO À TABELA TAXAS E LICENÇAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PISCINA MUNICIPAL: A Assembleia Municipal num universo de **31 (trinta e um)** membros aprovou, por **unanimidade**, a criação e fixação de taxas para as modalidades de hidrobike e natação para bebés a integrar na Tabela de Taxas e Licenças, no quadro XXII- prestação de serviços na Piscina Municipal. _____

PONTO 11º- REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA

PONTO 12º- PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E VACINAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA

Presente a documentação relativa aos pontos, o Presidente da Assembleia Municipal informou que, por decisão da Comissão Permanente, seriam discutidos em conjunto e votados separados. Termos em que procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito o Deputado José Nogueira. _____

- **O Deputado José Nogueira** mencionou que, em campanha eleitoral, propuseram a criação de um Gabinete de proteção, saúde, bem-estar e apoio animal, para o qual não apresentaram nenhuma recomendação nem proposta, porque foram dados passos significativos neste domínio. Recordou o que diziam em campanha eleitoral “*O Canil Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, a funcionar em Ponte de Lima, para além da sua especificidade, há muito que deixou de ter capacidade de novos acolhimentos. Impõe-se repensar a nossa participação*”. Referiu que a Selva Genial, Associação de Proteção de Animais Abandonados de Valença, tem desenvolvido excelente trabalho, diariamente, de forma voluntária, sobretudo com cães e gatos. O apoio que a autarquia valenciana lhe concede era, e ainda é,

insuficiente, traduzido essencialmente em cedência de espaços obsoletos ou vazios que, de algum modo, não contemplam o exigido ou exigível. Fazem angariações de fundos e alimentos, vendas, etc.. Existe a necessidade premente de construir um novo abrigo, espaço para recolha e tratamento dos patudos, com gestão pública ou associativa, e prestação de trabalho partilhado, bem como estabelecer protocolos com veterinários para esterilização de animais de companhia, mormente dos pertencentes a famílias carenciadas. Mais disse que há que apoiar esta associação, na realização das medidas de sensibilização junto das escolas, pois as crianças e os jovens podem e devem ser educados a respeitar os animais, bem como promover a criação de defesa das figuras cão e gato comunitários. Candidatar-se a fundos de Estado para a construção de um canil e de um centro de recolha municipal, programa de financiamento que surgiu devido à famosa lei que proíbe o abate. Por contribuir para as soluções, referiu que votaria favoravelmente. _____

Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, tendo este referido que este Executivo tem tido, desde o início, preocupação com o bem-estar animal, nomeadamente, no apoio às associações de proteção de animais. Mais disse que com este regulamento aprovado, por esta Assembleia Municipal, a Câmara terá condições para melhorar e reforçar o processo de esterilização e vacinação de animais de companhia. Disse, ainda, que a Câmara já abriu o concurso para a construção de um Centro de Recolha Oficial de Animais, sendo um dos poucos concelhos a investir neste tipo de infraestruturas. _____

PONTO 11 – REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA_ A Assembleia Municipal num universo de **31 (trinta e um)** membros aprovou, por **unanimidade**, a revogação do regulamento do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Valença aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada a 29/12/2022. _____

PONTO 12 – PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E VACINAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA_ A Assembleia Municipal num universo de **31 (trinta e um)** membros aprovou, por **unanimidade** o regulamento de apoio à Esterilização, Identificação e Vacinação de Animais de Companhia. _____

PONTO 13º- ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA CAAS, COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO

Presente a alteração ao Regulamento da CAAS, Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, tendo sido objeto das seguintes intervenções: _____

- **O Deputado José Nogueira** congratulou-se com a decisão unânime da Comissão Permanente de que a constituição da Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de São Pedro da Torre era essencial, na senda do que já vinha a defender. Foi necessário, para o efeito, propor uma alteração ao regulamento existente de forma a garantir um eficaz acompanhamento ao aterro sanitário, nomeadamente, com a possibilidade de escolha dos locais onde vão ser recolhidas as amostras. _____

- **O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, Cristóvão Pereira**, mencionou que importa esclarecer que o aterro sanitário foi instalado, indevidamente, em São Pedro da Torre e pelo Município de Valença. Acrescentar que houve uma sentença do Supremo Tribunal Administrativo, a declarar a nulidade da instalação do aterro sanitário. A Junta de Freguesia de São Pedro da Torre, naquela

altura, perante a impossibilidade do cumprimento da sentença, celebrou um acordo, em 2010, com a Valorminho e com o Município de Valença, para a execução de estudos para uma nova localização do futuro aterro sanitário do Vale do Minho, atenta ao princípio da rotatividade entre os Municípios. A Junta de Freguesia, imbuída de sentido de responsabilidade, permitiu a manutenção do funcionamento, até 2021, mediante uma compensação com contrapartidas financeiras no valor de 550.000,00€ (quinhentos e sessenta mil euros), pagas em frações de 50.000,00€ (cinquenta mil euros)/ano. Acordo que previa análises da água nos locais indicados pela Comissão ou pela Junta de Freguesia, inclusivamente por alguns moradores, a pedido desta, no entanto há anos que não é feito. Previa ainda o encerramento da célula n.º 1, até 2012/2013 e o início da deposição na célula n.º 2, no entanto também não se verificou e continuam a depositar na célula n.º 1. Previa, também, o fim da concessão para 2021. Perante tudo o que acabou de mencionar e porque se trata de uma decisão importante questionou se a sua Freguesia terá de continuar a suportar o lixo de todos, se o Concelho de Valença terá de continuar a ser a lixeira do Vale do Minho, se os presentes estão dispostos a pactuar com esta imundice, se o sistema de recolha e tratamento de resíduos está em xeque por dívidas de alguns município, se o Município de Valença ficará, mais uma vez, refém do sistema intermunicipal, em prejuízo de toda a sua população. Perante este cenário inadmissível, referiu que a Junta de Freguesia será intransigente na defesa dos direitos dos Torreenses e lutará pelos direitos da freguesia e de todos os valencianos e em especial dos Torreenses. Por último, referiu que a freguesia está a trabalhar com a mesma equipa que ganhou a questão no Supremo Tribunal, no que respeita a esta problemática de São Pedro da Torre e de Valença, pela reposição da dignidade. —

- **O Deputado Luís Brandão** referiu que existência desta Comissão gerou, em várias sessões e comissões permanentes, discussão. A apresentação do Regulamento de Acompanhamento do Aterro Sanitário carece de contextualização face ao facto de o aterro sanitário ter mudado de natureza jurídica, e ter outros instrumentos de acompanhamento e outras ferramentas que, atualmente, os poderão levar a tomar outras atitudes e outras decisões. Não apoiar a constituição desta Comissão porque é inócua e existem duas situações que podem tornar a existência da Comissão perfeitamente ineficaz e incapaz de agir. A primeira tem a ver com a atribuição de recomendar intervenções no âmbito das ações de conservação e manutenção do aterro quando, atualmente, a estrutura já não pertence aos Municípios mas sim a uma empresa que para além de fazer a gestão de resíduos, cumprindo as normas legais, não está subordinada ao acompanhamento da Assembleia Municipal. Por último, referiu que havia compromissos para abertura de uma nova área de aterro noutra Concelho e ao continuar a ser depositado material na célula 1 e não estar a ocupar a célula , em termos de alterações de cotas, designadamente a cobertura do aterro num futuro próximo e a utilização do espaço como valorização ambiental, poderá vir a ficar comprometido, dada a sua transformação. Enfim, parece-lhe que esta Comissão não vai ter grande produtividade nem grande opção, mas vai ter a oportunidade de discutir e tratar deste assunto de outras ajudando São Pedro da Torre e o Concelho de Valença a lidar com este tema sensível. Prevê, num futuro próximo, alterações significativas, ao começar a fazer triagem ou compostagem, a produção de gás que, neste momento acontece, vai decorrer durante o período de maturação do depositado e com o tempo vai transformar-se num aterro de material inerte passando a passivo ambiental. Futuramente, esta Comissão, alterando as atribuições, poderá recorrer à Comissão que está legalmente constituída e na qual a Câmara já tem um representante. Desafiou que numa próxima reunião de Câmara ou até numa comissão permanente, os representantes da Câmara nessa Comissão possam dar nota aos partidos aqui representados do trabalho que está a ser feito, do sistema de monitorização e de outros elementos que possam ser relevantes para que a Assembleia, efetivamente, esteja informada pelo canal oficial, antes de, eventualmente, poder tomar qualquer atitude ou procedimento nesta matéria. Contudo, informou que votariam favoravelmente.

Terminada a intervenção e dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o aterro sanitário foi instalado na freguesia de São Pedro da Torre, em 2001 e previa-se a mudança de local ao fim de 10 anos. Só que essa rotatividade, entre concelhos, nunca se concretizou. E passados mais de 22 anos, continua no mesmo local. Mais disse que a Junta de Freguesia de São Pedro da Torre deve continuar a ser compensada com contrapartidas financeiras. _____

Relativamente à constituição da Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário, disse que é uma decisão da Assembleia Municipal. _____

Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da **segunda ronda**, tendo-se inscrito Deputado José Nogueira. _____

- **O Deputado José Nogueira** referiu “*Meu caro senhor Presidente da Junta de São Pedro da Torre, disse vossa excelência, São Pedro ainda é Valença. É? Mas eu gostava que fosse vila. No âmbito da luta dos torreenses e dos valencianos contra o aterro e pela mitigação do aí adveniente, não estive sempre na primeira linha? Quem mais lutou pela reposição da CAAS do que eu? Neste aspeto, sempre o vi como um aliado nesta luta. Cria-me que, como munícipe e valenciano, acompanho o que considero a sua justa luta, que vai travar em Tribunal. Cordiais saudações, José António Nogueira*”. _____

PONTO 13 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA CAAS – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO A Assembleia Municipal num universo de **31 (trinta e um)** membros aprovou, por **unanimidade**, a alteração ao regulamento da CAAS proposta pela Comissão Permanente. _____

AUSÊNCIA DE UM DEPUTADO:- A partir deste momento ausentou-se de forma permanente a Deputada Débora Patrícia Alfaya Ferreira. _____

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 30 (trinta) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____

Finalizada a intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos estavam encerrados no dia 29 de setembro pelas 1h30m. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e quatro páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela **Coordenadora Técnica** que a redigiu. _____

| | |
|---|--|
| Apoio à Assembleia Municipal A Coordenadora Técnica, | Assembleia Municipal de Valença O Presidente, |
| _____ | _____ |
| Elisabete Guerreiro Dias Esteves | José António Moreira Cerqueira |